

# Trégua está ameaçada na reserva dos índios Tembé

PREFEITO INCENTIVA AS INVASÕES DE COLONOS E COM ISSO PODE QUEBRAR O CACHIMBO DA PAZ

A trégua entre os índios das tribos Tembé, Timbira e Kaapor e os invasores de parte da reserva indígena Alto Rio Guamá, às proximidades da Vila de Livramento - onde 77 índios e três funcionários da Funai foram aprisionados pelos invasores - pode estar com os dias contados. É que no "termo de compromisso" assinado entre as duas partes, na Vila de Livramento, durante a reunião realizada no auditório da Procuradoria Geral da República, na presença de lideranças sindicais e políticas dos invasores e representantes de vários órgãos ligados direta ou indiretamente à questão indígena, os índios se comprometem a suspender as vistorias regulares que fazem ao local do conflito, mas apenas se não houver novas invasões.

Na última quarta-feira, porém, o vereador Antônio Nildo, do município de Nova Esperança do Piriá, localizado próximo à área da reserva indígena invadida, denunciou à chefe da Divisão Fundiária da Funai em Belém, Regina Célia Fonseca Silva, que o prefeito do município, Ademar Barros, continua incentivando os colonos da região a invadir a reserva.

Antônio Nildo afirmou, também, que o prefeito de Nova Esperança do Piriá está incentivando novas invasões à terra indígena baseado na promessa do advogado Delmiro Santos, de conseguir a redução da área indígena através de uma contestação apresentada pela prefeitura do município, com base no Decreto 1.775, que introduz o princípio contraditório no processo de demarcação de terras indígenas ainda não concluído.

O mais interessante em toda a história é que as terras da reserva

Alto Rio Guamá já tiveram seu processo demarcatório concluído. Por isso, a reserva já foi homologada e registrada, ficando fora, portanto, das áreas indígenas que poderiam ser legalmente contestadas. Segundo o representante do Ministério da Justiça que participou da reunião no auditório da Procuradoria Geral da República, Benjamin Sicsu, não há qualquer possibilidade legal de colonos e invasores ficarem na área. "Tudo que disserem a vocês a sobre a possibilidade de ficarem com parte da reserva indígena não tem qualquer amparo legal. Quem fizer isso estará agindo de má-fé", enfatizou Sicsu.

A denúncia feita pelo vereador Antônio Nildo, na avaliação da indigenista Regina Célia, "é da maior gravidade, na medida em que representa quebra do termo de compromisso assinado na Vila de Livramento, por parte dos invasores, podendo colocar novamente em confronto índios e invasores".

A avaliação da indigenista da Funai ganha consistência porque os índios já afirmaram que se sua reserva continuar sendo invadida, voltarão ao local para expulsar os invasores, mas desta vez preparados para a guerra e contando com o apoio de cinco mil guerreiros das tribos Timbira, Kaapor, Guajá e Guajajara, que habitam aldeias próximas ao Gurupi, no Maranhão, onde está localizado o Posto Indígena Canindé, que integra a reserva indígena Alto Rio Guamá.

O agravamento da situação já foi comunicado pela Divisão Fundiária da Funai em Belém à presidência da Funai e ao Ministério da Justiça.



As penosas negociações em Vila de Livramento podem ser jogadas por terra pela interferência do prefeito de Nova Esperança do Piriá